

Jorge Vala*

Capítulo 11

Etnicização e estratégias de relação cultural entre os imigrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português

Nos últimos anos, Portugal recebeu alguns milhares de novos imigrantes não só das ex-colónias, como de outros países, nomeadamente do Leste europeu (v. nesta obra o capítulo de Jorge Malheiros; ver também Baganha, Ferão e Malheiros, 1999). Também a nível europeu, a imigração tem aumentado fortemente nos últimos anos. No caso de Portugal e do conjunto dos países da União Europeia, os novos imigrantes representam um importante factor de apoio ao desenvolvimento económico e ao rejuvenescimento da população¹. No entanto, a opinião pública do conjunto dos países da UE tem-se manifestado contra a abertura de fronteiras: 50% consideram que devem ser colocados limites muito estritos à entrada de novos imigrantes. Embora Portugal, a Espanha e a Itália, países de tradição emigrante, apresentem uma atitude de maior abertura face à imigração do que países como a França, a Alemanha, a Bélgica ou a Holanda, países de tradição imigrante, também nos primeiros as atitudes são globalmente mais restritivas do que permissivas (Halman, 2001).

Para além das atitudes face à recepção de novos imigrantes, é importante conhecer as atitudes das pessoas face aos próprios imigrantes e às formas consideradas desejáveis de integração social. Na primeira parte deste capítulo analisamos algumas das principais dimensões das representações sociais dos portugueses sobre os imigrantes, nomeadamente os imigrantes das ex-colónias. Na segunda parte analisamos o impacto destas representações nas estratégias de relação cultural consideradas desejáveis e o seu impacto nas

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ No entanto, vejam-se as observações críticas relativamente à contribuição dos imigrantes para o rejuvenescimento demográfico (Fonseca, 2003).

políticas de imigração. Embora todo o argumento seja construído com base em resultados sobre as atitudes face a imigrantes em Portugal, pesquisas realizadas em diferentes contextos nacionais permitem estender as nossas reflexões a outros países europeus².

O processo de hetero-etnicização – identificação de um fenómeno

Numa primeira fase do nosso programa de investigação sobre as atitudes face a imigrantes negros desenvolvemos uma pesquisa extensiva baseada numa amostra representativa de Lisboa e dos concelhos limítrofes com maior presença de imigrantes de origem africana. Este estudo foi, em parte, conceptualmente conduzido no quadro das pesquisas sobre o «racismo flagrante e subtil na Europa» (Pettigrew e Meertens, 1995; Pettigrew, 1999; Meertens e Pettigrew, 1999), o que nos permitiu comparar os resultados obtidos em Portugal com os resultados obtidos noutros países europeus (Alemanha, França, Holanda e Reino Unido).

O estudo referido permitiu-nos concluir que as crenças racistas em Portugal se estruturam de forma semelhante à de outros países europeus; que os principais factores sociológicos e psicológicos associados à expressão do racismo em Portugal são também semelhantes àqueles que surgem noutros países europeus; que em Portugal, tal como nos referidos países, se regista um padrão de racismo flagrante, estruturado pela ideia de raça, e um padrão de racismo subtil, encoberto, mais emocional do que cognitivo e estruturado pela ideia de cultura (Vala, Brito e Lopes, 1999). Os resultados mostram que, apesar da persistência do racismo flagrante, o racismo subtil tem maior expressão, dado que é percebido como não infringindo a norma do anti-racismo que vem recebendo apoio na Europa desde o fim da segunda guerra mundial.

No âmbito deste primeiro estudo, identificámos um processo particularmente importante para a compreensão das relações entre imigrantes, maiorias e políticas de integração: o processo de hetero-etnicização³.

² V., nomeadamente, as pesquisas europeias de 1985 (Pettigrew e Meertens, 1995), de 1997 (Bem Brika, Lemaine e Jackson, 1997) e de 1999 (E. Thalhammer, V. Zucha, E. Enzenhofer, B. Salfinger e G. Ogris, 2001).

³ Referimos este processo como um processo de *hetero-etnicização* para o distinguir do processo de *auto-etnicização*, ou seja, a reivindicação por parte de um grupo de uma distintividade ou identidade étnica. No entanto, ao longo do texto usaremos normalmente o termo «etnicização» para nos referirmos à hetero-etnicização.

Numa das questões do questionário da pesquisa referida perguntava-se aos inquiridos em que medida consideravam que os brancos e os negros a viverem em Portugal seriam diferentes relativamente à «educação das crianças», «aos valores que ensinam aos filhos», «à religião», «aos comportamentos sexuais» e à «preocupação com o bem-estar das famílias». A análise das respostas ao conjunto destas perguntas e a uma pergunta sobre a atitude geral relativamente às pessoas negras mostrou uma correlação positiva e significativa entre elas, revelando que, quanto mais os inquiridos consideram que os negros são culturalmente diferentes dos brancos, mais exprimem uma atitude negativa relativamente a essas pessoas. Os resultados evidenciam ainda que, quanto mais se acentua a ideia de diferenças culturais entre brancos e negros, maior é a orientação para considerar os negros um grupo «racialmente» inferior. Assim, para um grande número de pessoas, a percepção de diferença cultural está associada à inferiorização daquele que é percebido como diferente. É evidente que esta inferiorização é uma inferiorização implícita, na medida em que as perguntas feitas aos inquiridos sobre as diferenças não incidiam sobre a avaliação dessas diferenças. São as correlações entre a percepção de diferença e outras questões, essas sim avaliativas, que permitem mostrar que a diferença é subtilmente estigmatizada por um grande número de pessoas.

Para melhor ilustrar estes resultados apresentamos no quadro n.º 11.1 (Vala, Brito e Lopes, 1999) uma tipologia dos respondentes segundo a sua posição face à diferença racial e cultural e a relação entre essa posição e opiniões no

Tipos de diferenciação e de discriminação
(médias)

[QUADRO N.º 11.1]

Diferenciação racial e cultural	Políticas de naturalização (a)	Direitos dos imigrantes (b)	Políticas de imigração (c)	Políticas de apoio social (d)
Não diferencialistas.....	1,71a	1,58a	1,97a	516,31a
«Etnicizadores».....	2,29b	1,83b	2,28b	537,93b
«Racializadores».....	3,50c	2,43c	2,86c	700,00c
Total.....	1,93	1,68	2,09	529,64

(a) $F(2,330) = 19,76$; $p < 0,000$; escala: 1 – uma boa ideia; 5 – uma má ideia; neste e nos outros casos, letras diferentes indicam médias significativamente diferentes (teste de Scheffé, $p < 0,50$).

(b) $F(2,282) = 14,17$; $p < 0,000$; escala: 1 – alargar; 3 – restringir.

(c) $F(2,331) = 15,91$; $p < 0,000$; escala: 1 – o número de negros pode aumentar; 3 – é desejável que diminua.

(d) $F(2,331) = 30,12$; $p < 0,000$

Fonte: Vala, Brito e Lopes (1999).

domínio das políticas de imigração. Foram construídos os seguintes grupos: pessoas que não fazem diferenciação entre brancos e negros, quer a nível racial, quer a nível cultural (não diferencialistas); pessoas que diferenciam culturalmente os brancos e os negros (hetero-etnicizadores); pessoas que diferenciam os brancos e os negros, quer a nível cultural, quer a nível racial (hetero-racializadores).

Como se vê no quadro n.º 11.1, aqueles que acentuam as diferenças culturais entre brancos e negros (hetero-etnicizadores), tal como aqueles que são abertamente racistas, manifestam uma orientação para a discriminação maior do que os igualitários ou não diferencialistas a nível das políticas de naturalização, dos direitos dos imigrantes e das políticas de imigração. À luz destes resultados, os racializadores discriminam mais do que os etnicizadores, mas ambos discriminam mais do que os não diferencialistas.

Particularmente impressionante é o resultado que se refere às políticas de apoio social. Neste caso, os inquiridos eram confrontados com um cenário em que se pedia que imaginassem uma situação em que a Câmara Municipal de Lisboa dispunha de mil contos para apoiar as pessoas mais desfavorecidas de uma freguesia. Dizia-se, depois, que a CML decidira distribuir aquela quantia pelos 50 negros mais desfavorecidos e pelos 50 portugueses brancos mais desfavorecidos dessa freguesia. Perguntava-se então a cada inquirido como é que ele distribuiria os mil contos por essas duas categorias de pessoas. Verificou-se que, no conjunto, as pessoas beneficiam ligeiramente mais os brancos do que os negros, na medida em que dariam, em média, 530 contos aos brancos e 470 aos negros. Como esperado, os racializadores são o grupo que mais discrimina, mas também os diferencialistas ou etnicizadores atribuem significativamente mais dinheiro ao grupo dos brancos do que ao grupo dos negros.

As medidas de racismo flagrante são sensíveis ao grau de escolaridade dos respondentes, mostrando que, quanto mais elevada é a escolaridade, maior é a orientação para responder de acordo com a norma do anti-racismo. No entanto, não se verificam diferenças entre o grau de escolaridade e a expressão e acentuação de diferenças culturais. Quer entre os indivíduos mais escolarizados, quer entre os menos escolarizados, ocorre, assim, uma orientação para acentuar as diferenças culturais entre brancos e negros, posição que parece facilitar orientações para a discriminação.

Como explicar estes resultados? Em nossa opinião, e como temos referido noutros trabalhos (Vala, Lopes, Lima e Brito, 2002), as representações sociais sobre as diferenças entre povos que ancoravam na ideia de raça ancoram hoje na ideia de diferenças culturais. Assim, os grupos que eram racializados são agora etnicizados, no sentido em que lhes é atribuída uma cultura diferente e inferior, tal como anteriormente lhes era atribuída uma raça diferente e inferior. A discriminação, explícita ou implícita, contra estas pessoas continua, pois, a estar justificada por uma teoria que permite classificar e hierarquizar. É este o processo a que chamamos hetero-etnicização.

Psicologicamente, este processo é sustentado pelo essencialismo psicológico, um mecanismo através do qual o senso comum atribui essências às «categorias sociais», da mesma forma que atribui essências às «categorias naturais» (v. Hirschfeld, 1998). O essencialismo pode envolver quer a crença de que as essências biológicas sustentam padrões culturais e de comportamento (essencialismo biológico), quer a crença de que as tradições culturais e a vida dos grupos geram essências (essencialismo cultural). No entanto, por si só, o essencialismo é insuficiente para gerar discriminação. De facto, o essencialismo pode ser aplicado ao próprio grupo, ao endogrupo, para justificar a sua superioridade relativamente a outros grupos, aos exogrupos. Isto acontece quando se pensa que o endogrupo dispõe de essências inquestionavelmente superiores às essências dos outros grupos. Ao mesmo tempo, quando associado a uma hierarquia de essências e à ideia de que as essências do endogrupo são superiores às do exogrupo, o essencialismo gera a infra-humanização de outros grupos e esta legitima a discriminação.

O essencialismo hierarquizante a nível da etnicização, ou da inferiorização cultural dos exogrupos, encontra-se disseminado de forma difusa e ubíqua. Apresentamos três exemplos: a diferenciação na atribuição de sentimentos e emoções; a diferenciação na atribuição de traços personológicos percebidos como «naturais» e «culturais»; por fim, a despersonalização, ou negação de idiosincrasias pessoais.

Num extenso conjunto de pesquisas, Leyens e colaboradores (Leyens, Paladino, Rodriguez-Torres, Vaes, Demoulin, Rodriguez-Perez e Gaunt, 2000) mostraram que as pessoas distinguem, implicitamente, emoções e sentimentos, entendendo que os sentimentos (por exemplo, melancolia, compaixão) são mais caracterizadores dos humanos, enquanto as emoções (por exemplo, medo, raiva) seriam características dos humanos e dos animais. Nessas mesmas pesquisas mostra-se ainda que as pessoas, quando convidadas a caracterizarem o seu grupo e exogrupos, atribuem mais ao seu grupo do que aos outros grupos a capacidade de exprimir sentimentos. Assim, o que de forma indirecta se está a dizer é que o endogrupo é mais humano do que o exogrupo.

Na mesma linha, Moscovici e Perez (1999) mostram que a linguagem quotidiana estabelece uma diferença implícita entre traços personológicos a que podemos chamar «culturais», sobretudo aplicáveis aos humanos (por exemplo, mentiroso, sábio), e traços a que podemos chamar «naturais» (por exemplo, dócil, ruidoso), aplicáveis a animais e a humanos. Quer no estudo de Moscovici e Perez acima referido, quer num estudo de Correia, Brito, Vala e Perez (2001), mostra-se que aos ciganos são menos aplicáveis traços culturais do que aos não-ciganos. Um estudo de Lima e Vala (2002) mostra também que os estudantes universitários utilizam mais traços naturais do que culturais para caracterizarem as pessoas negras.

Vejamos um terceiro exemplo de infra-humanização – a negação de idiosincrasias pessoais ou despersonalização. Numa série de pesquisas, Lima (2003) verificou que um negro desconhecido é mais infra-humanizado do que um branco desconhecido. De facto, as pessoas que participaram nos estudos deste autor demoravam menos tempo para descreverem uma pessoa negra do que uma pessoa branca, o que indica que categorizavam mais os negros do que os brancos, que descreviam os negros como elementos de uma categoria, e não como indivíduos singulares, distintos, com aspectos idiossincráticos, enfim, como pessoas.

Estatuto cultural dos grupos e etnicização

No ponto anterior descrevemos o processo de etnicização de pessoas negras com base em estudos realizados em Portugal e propusemos que a etnicização é sustentada pelo essencialismo inferiorizante ou infra-humanizante, que não se manifesta apenas na inferiorização cultural, mas também na negação de sentimentos, na negação de traços culturais e na negação de complexidade personológica.

A pergunta que fazemos agora é a seguinte: serão apenas etnicizadas as pessoas negras? Ou estará este processo presente na relação com outros grupos de imigrantes? Para responder a esta questão conduzimos duas pesquisas, com o intervalo de cerca de um ano, junto de estudantes universitários de ciências sociais (quadro n.º 11.2). Os resultados do primeiro estudo mostram que não é apenas no caso das pessoas negras que se verifica uma correlação entre a percepção de diferenças culturais e a atitude, no sentido de que, quanto maior é a percepção de diferenças, mais negativa é a atitude⁴. No segundo estudo, embora variem os valores das correlações, o significado dos resultados do primeiro estudo é replicado⁵. Muito importante para o nosso argumento é o facto de não se verificar uma correlação significativa entre a percepção de diferenças e a atitude no caso dos espanhóis, resultado que indica que este grupo não é etnicizado e que, portanto, a etnicização apenas incidirá sobre grupos a que se atribui uma inferioridade cultural⁶.

⁴ Este estudo foi realizado por Ricardo Rodrigues, Ana Martins e Daniel Fernandes, no quadro de um seminário curricular da licenciatura em Psicologia Social do ISCTE. A escala de percepção de diferenças culturais varia entre 1 (muito semelhantes) e 5 (muito diferentes).

⁵ Este estudo foi realizado em sala de aula e na presença de um professor. São apresentados os grupos comuns aos dois estudos.

⁶ Além disso, nesta pesquisa introduzimos ainda o grupo dos brasileiros. Tal como no caso dos espanhóis, também neste caso não se verifica uma correlação significativa entre a diferença percebida e a atitude ($r = 0,12$, n. s.).

Percepção de diferenças culturais entre portugueses e outros grupos

[QUADRO N.º 11.2]

1.º estudo (N = 79)

2.º estudo (N = 76)

Grupos sociais	Diferenciação cultural (médias)	Correlação com a atitude	Diferenciação cultural (médias)	Correlação com a atitude
Espanhóis.....	2,2	0,03 n. s.	2,5	0,19 n. s.
Negros.....	3,4	0,38**	3,7	0,38**
Ciganos.....	4,3	0,44**	4,5	0,36**
Imigrantes de Leste.....	2,4	0,56**	3,6	0,39**
Muçulmanos.....	2,9	0,60**	4,9	0,29*
Cabo-verdianos.....	2,6	0,63**	3,5	0,45**

n. s. = correlação estatisticamente não significativa.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Reacções à etnicização

Apesar da evidência empírica em favor da etnicização como um processo de inferiorização, parece difícil aceitar que, subjacente ao enunciado da diferença cultural, esteja tantas vezes presente a inferiorização cultural. Dada a importância desta questão para a reflexão sobre as políticas de integração social dos imigrantes, passamos a apresentar alguns resultados de uma outra pesquisa que de novo mostram a dimensão estigmatizante da diferença cultural atribuída.

Esta pesquisa incidiu sobre uma amostra por quotas de jovens negros residentes em Lisboa e nos concelhos limítrofes (Lopes e Vala, 2004). Nesta pesquisa, entre outras questões, perguntava-se a estes jovens se achavam que os portugueses os viam como culturalmente e/ou racialmente inferiores. A pergunta que fazíamos era a seguinte: «Em sua opinião, qual a percentagem de portugueses que acham que os negros são diferentes dos brancos no que se refere: à educação das crianças; aos valores que ensinam aos filhos; à religião; aos comportamentos sexuais; à preocupação com o bem-estar das famílias?» Para medir a racialização perguntávamos: «Em sua opinião, qual a percentagem de portugueses que terão dito que «os negros são uma raça menos dotada»; «que se sentiriam incomodados se um(a) filho(a) casasse com um(a) negro(a) e tivessem descendentes mulatos»; «que excluiriam a hipótese de terem relações sexuais com um(a) negro(a)»; «que não gostariam que um

familiar seu casse com um(a) negro(a) de estatuto social equivalente» (v. quadros n.ºs 11.3 e 11.4). No mesmo estudo foram medidas as percepções de discriminação em diferentes aspectos e dimensões da vida social. Desta forma foi possível calcular a correlação entre a percepção de etnicização e de racialização e a correlação entre estas e os indicadores de discriminação (v. quadro n.º 11.5).

Indicadores de racialização (percepções dos jovens negros sobre as respostas dadas pelos portugueses brancos)
(em percentagem)

[QUADRO N.º 11.3]

	Sentir-me-ia incomodado se um(a) filho(a) casasse com um(a) negro(a) e tivesse descendentes mulatos	Excluo a hipótese de ter relações sexuais com um(a) negro(a)	Os negros são uma raça menos dotada	Não gostaria que um familiar meu case com um(a) negro(a) de estatuto social equivalente
Predições dos jovens negros (Lopes e Vala, 2002)	71,9	57,1	63,3	52,2
Respostas efectivas dos portugueses brancos (Vala <i>et al.</i> , 1999).....	45,9	38,7	28,4	16,4

Indicadores de etnicização (percepções dos jovens negros sobre as respostas dadas pelos portugueses brancos)
(em percentagem)

[QUADRO N.º 11.4]

	Diferenças nos valores que ensinam aos filhos	Diferenças nas crenças e práticas religiosas	Diferenças no comportamento sexual	Diferenças na educação das crianças	Diferenças na preocupação com o bem-estar das famílias
Predições dos jovens negros (Lopes e Vala, 2002).....	61,13	53,98	58,25	57,52	56,50
Respostas efectivas dos portugueses brancos (Vala <i>et al.</i> , 1999).....	70,3	65,1	57,2	79,9	61,6

O índice de racialização encontra-se significativamente correlacionado com o índice de etnicização, o que pode mostrar que tanto a percepção de etnicização como a percepção de racialização são sentidas como formas de

discriminação. Além disso, o índice de etnicização está correlacionado com as medidas de discriminação usadas no estudo e, mais importante, as correlações entre este índice e as medidas de discriminação são equivalentes às correlações entre o índice de racialização e as mesmas medidas de discriminação. Assim, estes resultados indicam (quadro n.º 11.5) que, quanto mais os jovens negros entrevistados sentem que são etnicizados (percebidos como culturalmente diferentes pelos brancos), ou quanto mais sentem que são racializados, mais exprimem o sentimento de que são discriminados como pessoas e como grupo⁷.

Percepção de racialização, percepção de etnicização e outros indicadores de discriminação (correlações)

[QUADRO N.º 11.5]

	Discriminação individual	Discriminação grupal	Privação relativa salarial	Privação relativa institucional	Injustiça procedimental
Percepção de racialização.....	0,22**	0,29**	0,14*	0,21**	0,24**
Percepção de etnicização.....	0,17**	0,24**	0,19**	0,22**	0,20**

* $p < 0,01$; ** $p < 0,000$; o N varia entre 361 e 384 inquiridos.

Fonte: Lopes e Vala (2004).

No conjunto, os resultados até agora apresentados podem ser considerados uma ilustração muito plausível da ideia de que um grande número dos membros das minorias que sentem que são percebidos como diferentes pelas maiorias sente essa percepção como um estigma e que subjacente à percepção de diferenças culturais se encontra a ideia de inferioridade cultural. Se a maioria avalia negativamente a diferença que atribui à minoria, significará isso que deseja que esta adopte os valores da maioria e se lhe torne semelhante?

⁷ Sobre os impactos da racialização e da etnicização nas crianças, v. Mouro, Monteiro e Guinote (2002).

Reacções à mudança cultural das minorias

A pergunta que acabámos de fazer não tem merecido uma resposta unívoca por parte da investigação empírica e teórica. Há argumentos teóricos a favor da ideia de que a diferença é percebida como uma ameaça e que, por isso, uma minoria percebida como semelhante será melhor aceite do que uma minoria vista como diferente. Há também argumentos a favor da ideia de que a semelhança constitui uma ameaça à identidade e que, por isso, uma minoria percebida como diferente será melhor avaliada do que uma minoria vista como semelhante⁸. Esta questão é central para o entendimento das atitudes das maiorias e do seu apoio aos diferentes tipos de estratégias de relação cultural com as minorias.

Foi neste quadro de preocupações que Lima e Vala (2002) realizaram uma pesquisa experimental junto de estudantes universitários sobre a reacção à diferença cultural e à semelhança cultural. Para esse efeito, foi criado um cenário experimental onde era dado a ler às pessoas o resumo de uma suposta pesquisa científica sobre a mudança cultural. Essa pesquisa era apresentada em quatro versões diferentes.

Numa delas dizia-se que numa determinada comunidade, identificada através de uma fotografia como sendo constituída por pessoas negras, o colectivismo era saliente. Ou seja, dizia-se que se tratava de um grupo onde as pessoas tinham pouca autonomia e em que a expressão individual não era bem avaliada pelo grupo, sendo a coacção grupal muito forte. Tais características eram descritas como disfuncionais para o grupo, tendo, por isso, havido uma intervenção externa no sentido da mudança para padrões e valores mais individualistas: estímulo da autonomia pessoal, maior criatividade individual, maior independência do indivíduo face ao grupo. No entanto, essa intervenção externa saldou-se por um fracasso total, permanecendo as pessoas fiéis aos seus valores colectivistas.

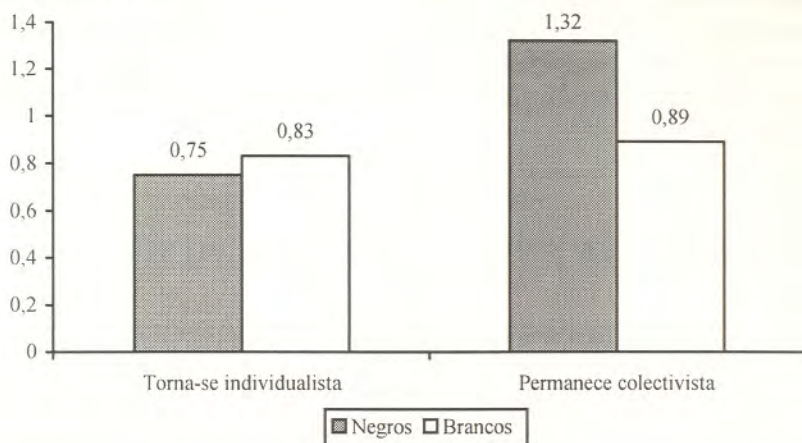
Numa segunda versão, o grupo era igualmente apresentado como sendo constituído por pessoas negras, mas que aceitaram mudar do colectivismo para valores individualistas. Nas duas situações restantes, o grupo era apresentado como sendo constituído por pessoas brancas, que ora aceitavam a mudança para valores individualistas, ora permaneciam colectivistas⁹.

⁸ A primeira posição decorre da teoria da identidade social de Tajfel, a segunda corresponde à teoria da congruência de crenças de Rokeach. Para uma revisão de literatura, v. Brown (1995) ou Lima e Vala (2002).

⁹ Em termos de desenho experimental, trata-se de um estudo intersujeitos: 2 (cor: brancos; negros) X (mudança cultural: mudam do colectivismo para o individualismo; não mudam).

Avaliação dos grupos (Lima e Vala, 2002)

[GRÁFICO N.º 11.1]



Nota: Valores médios; quanto mais elevados são os valores, mais positiva é a avaliação dos grupos.

Como pode verificar-se pela leitura do gráfico n.º 11.1, surpreendentemente, o grupo que é melhor avaliado é o grupo de negros que não mudam a sua cultura e permanecem colectivistas. O grupo de negros que mudam no sentido de se tornarem semelhantes à maioria é objecto de uma avaliação menos positiva.

Se articularmos estes resultados com aqueles que apresentámos anteriormente sobre a etnicização, podemos avançar a hipótese de que a maioria faz uma avaliação negativa das diferenças culturais que atribui às minorias exogrúpis e que, ao mesmo tempo, não deseja, em muitos casos, que elas mudem e adoptem a sua cultura.

Como sintetizam Lima e Vala (2002), a reacção negativa à semelhança pode decorrer do sentimento de ameaça à identidade social da maioria (Tajfel e Turner, 1979), na medida em que esta pode sentir que os seus valores, aos serem adoptados pelas minorias, perdem o seu carácter distintivo e diferenciador. A reacção negativa à semelhança pode ainda decorrer do medo de que as minorias, ao adoptarem os valores das maiorias, os «contaminem» com os seus próprios valores. Finalmente, a semelhança a nível dos valores pode ser percebida como uma ameaça no plano dos recursos, uma vez que uma minoria ajustada culturalmente pode ser percebida como competitiva.

Se lermos os resultados desta pesquisa no contexto de muitos outros que apoiam a ideia de que, nomeadamente em contextos competitivos, a semelhança pode representar uma ameaça à identidade ou aos recursos da maioria, podemos desde já avançar a hipótese de que uma estratégia de segregação entre a maioria e as minorias pode ser, pelo menos implicitamente, desejada pela maioria. Mas as ambiguidades neste processo são muitas. Para as entendermos será importante situarmos as atitudes possíveis da maioria num contexto mais alargado.

Atitudes face às políticas de integração social

Numa adaptação da tipologia proposta por Berry (1984) para o entendimento das estratégias das minorias face às majorias, Bourhis e colaboradores (Bourhis, Moise, Perreault e Senécal, 1997) propõem que as majorias, quando colocadas perante o problema da diferença cultural, desenvolvem uma narrativa sobre a sua própria identidade e sobre as relações com os imigrantes que tem por base duas interrogações fundamentais: devem os imigrantes manter a sua identidade cultural? Devem os imigrantes adoptar a cultura da comunidade de acolhimento?

Como se mostra na figura n.º 11.1, as respostas a estas perguntas podem dar origem a cinco estratégias de relação cultural: integração, assimilação, segregação, exclusão e individuação. A integração corresponde a uma estratégia que associa a manutenção da identidade da minoria e a sua adopção dos valores nucleares da comunidade de acolhimento. A assimilação, por sua vez, refere-se à negação da diferenciação identitária da minoria e à sua absorção pelos valores da maioria. A segregação corresponde à não aceitação da identificação da minoria com os valores da maioria e à tolerância face à identidade da minoria. A exclusão reúne a rejeição simultânea da identidade da minoria e da sua possibilidade de adaptação aos valores da maioria. Finalmente, a individuação corresponde a uma estratégia pouco comum que consiste em considerar desejável que cada pessoa seja considerada uma entidade particular, e não definida em função das suas pertenças categoriais, maioritárias ou minoritárias.


O processo de hetero-etnicização das minorias, tal como o descrevemos, facilita, em nosso entender, a estratégia de segregação. De facto, esta estratégia aceita que os imigrantes mantenham a sua identidade cultural, mas rejeita que eles adoptem os valores da cultura dominante. Como referido por Bourhis e co-autores no texto já citado, as pessoas que adoptam a estratégia de segregação cultural não favorecem os contactos interculturais e preferem que os imigrantes permaneçam juntos entre si e separados da maioria, sendo, além disso, ambivalentes no que toca aos direitos dos imigrantes na sociedade de

acolhimento. Note-se ainda que a estratégia de segregação, tal como a estratégia de exclusão, assenta na crença de que os imigrantes nunca poderão inserir-se como membros de pleno direito na sociedade de acolhimento. Tal como pressuposto no processo de etnicização, os imigrantes dispõem de uma essência cultural diferente da essência da maioria e, por isso, são percebidos como incapazes de adoptarem a sua cultura. Neste sentido, a melhor posição para todos será que eles fiquem confinados à sua própria cultura e ao seu próprio sistema de relações sociais.

Atitudes face às relações culturais
(adaptado de Bourhis *et al.*, 1997)

[FIGURA N.º 11.1]

		Devem os imigrantes manter a sua identidade cultural?	
		Sim	Não
Devem os imigrantes adoptar a cultura da comunidade de acolhimento?	Sim	Integração	Assimilação
	Não	Segregação	Individação ----- Exclusão



Hetero-etnicização

A tipologia proposta por Bourhis tem a vantagem de permitir relacionar as atitudes das pessoas face às estratégias de relação cultural com as políticas tradicionalmente adoptadas pelos Estados relativamente aos imigrantes. Estas políticas poderiam ser tipificadas em quatro posições, que vão do «pluralismo ideológico» ao «etnismo ideológico» (v. figura n.º 11.2).

Em todas estas posições ideológicas sobre as políticas de imigração se defende que os imigrantes devem respeitar e adoptar os valores centrais das sociedades ocidentais de acolhimento (os ideais democráticos, os direitos humanos, etc.), assim como respeitar as leis dessas sociedades. Contudo, no caso do «etnismo ideológico» supõe-se que os imigrantes dificilmente pode-

rão interiorizar os valores das sociedades ocidentais; os imigrantes poderão respeitar as leis, mas nunca serão capazes de interiorizarem os valores a elas subjacentes, uma vez que são «pessoas de natureza diferente».

Políticas de integração
(adaptado de Bourhis *et al.*, 1997)

[FIGURA N.º 11.2]

		Valores públicos	Valores privados
Individualização e integração	<i>Pluralismo ideológico</i>	Os imigrantes devem adoptar os valores públicos nucleares	O Estado está disposto a apoiar os valores privados das minorias e as suas manifestações
Integração, assimilação e individualização	<i>Ideologia cívica</i>		O Estado respeita os valores privados dos grupos minoritários
Assimilação	<i>Ideologia assimilacionista</i>		O Estado intervém no sentido de anular a distintividade das minorias
Segregação e exclusão	<i>Etnismo ideológico</i>	Os imigrantes são incapazes de adoptar os valores públicos nucleares	O Estado rejeita os valores privados das minorias

O que distingue entre si as restantes posições ideológicas é a forma como concebem a relação com os valores privados dos imigrantes. No caso do «pluralismo ideológico», o Estado está disposto a apoiar, até financeiramente, os valores privados das minorias e as manifestações da sua cultura (a língua, a religião, as associações culturais, etc.). Um caso paradigmático desta posição é a política multicultural do Estado canadiano. No caso da «ideologia cívica», o Estado não apoia qualquer actividade no domínio dos valores privados das minorias, mas respeita o direito à expressão da sua distintividade grupal. No caso da «ideologia assimilacionista», o Estado pode intervir em alguns domínios dos valores privados. Entende-se que os imigrantes devem abandonar a sua identidade linguística e a sua cultura e adoptar a cultura dominante e os valores privados da maioria. Embora com diferenciações importantes, esta seria a posição subjacente ao «republicanismo» francês. Quanto à «ideologia etnista», esta define quem pode e quem não pode ser cidadão de um Estado em termos ideológicos ou religiosos. A nação é definida como sendo composta por um grupo étnico nuclear ancestral, ao qual se pertence por natureza.

Nenhum Estado europeu defende hoje explicitamente esta posição, mas aspectos ou variantes desta posição encontram-se largamente difundidos nas práticas e políticas e são defendidos pelos partidos de direita.

O processo de hetero-etnicização, que descrevemos na primeira parte deste texto, constitui os fundamentos das atitudes de separação e exclusão a nível das estratégias de relação cultural e pode fundamentar a «ideologia etnista» no que toca às políticas estatais face aos imigrantes. Na segregação, na exclusão, na «ideologia etnista», tal como pressuposto pela hetero-etnicização, não se espera que os imigrantes possam verdadeiramente assimilar os valores públicos e os valores privados dominantes da maioria, na medida em que eles são percebidos como partilhando uma essência diferente.

Conclusões

O processo de hetero-etnicização, quer dizer, a acentuação das diferenças culturais, a atribuição ao outro de uma essência diferente e a inferiorização dessa diferença, constitui uma nova face do racismo, uma face que aparentemente não viola a norma anti-racista em sociedades formalmente não racistas, na medida em que não invoca o conceito de raça. Este processo tem implicações para a compreensão das novas expressões do racismo, mas também para a compreensão da forma como a maioria entende as estratégias de relação cultural com as minorias imigrantes e as políticas institucionais de integração dessas minorias.

De acordo com a nossa hipótese, a associação entre a percepção de diferenças culturais e a discriminação não implica, necessariamente, que a maioria deseje integrar ou assimilar as minorias. Pelo contrário, esta associação entre diferença e discriminação pode ajudar a explicar as razões pelas quais a segregação e a exclusão são atitudes tão latentemente disseminadas, bem como as razões pelas quais o «etnismo ideológico» permanece de forma implícita.

Os nossos resultados e a abordagem que propusemos também suscitam uma reflexão sobre a «ideologia multiculturalista». Esta ideologia pode sustentar o reconhecimento positivo da diferença do outro, mas pode também servir de suporte para a acentuação de diferenças entre a maioria e as minorias e, assim, promover a etnicização dessas mesmas minorias.

Não é objectivo deste texto propor soluções para os problemas que levantámos. No entanto, não queremos deixar de propor que o valor da diversidade pode constituir uma vacina contra a etnicização, se a diversidade for considerada um recurso económico e simbólico, uma mais-valia na auto-definição identitária e na definição identitária dos grupos a que pertencemos. Finalmente, será importante acentuar que todo este texto foi construído a partir dos

pontos de vista, das representações e preocupações da maioria. As políticas de integração cultural, porém, só serão eficazes se construídas num contexto relacional, ou seja, envolvendo os pontos de vista das sociedades de acolhimento e os pontos de vista dos próprios imigrantes.

Bibliografia

- BAGANHA, M. I., FERRÃO, J., e MALHEIROS, J. M. (1999), Immigrants and the labour market: the portuguese case, in Metropolis International workshop, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- BEN BRIKA, J., LEMAINÉ, G., e JACKSON, J. (1997), *Racism and Xenophobia in Europe*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- BERRY, J. (1984), «Cultural relations in plural societies», in N. Miller e M. Brewer (eds.), *Groups in Contact*, Nova Iorque, Academic Press.
- BOURHIS, R., MOISE, L., PERREAULT, S., e SNÉCAL, S. (1997), «Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach», in *International Journal of Psychology*, 32, pp. 369-386.
- BROWN, R. (1995), *Prejudice*, Londres, Blackwell.
- CASTELO, C. (1999), *O Modo Português de Estar no Mundo: a Recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- CORREIA, I., BRITO, R., VALA, J., e PEREZ, J. (2000), *Normes antiracistes et persistance du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal*, Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE, manuscrito não publicado.
- FONSECA, L. (2003), «Trajectórias demográficas e imigração: reflexões em torno do caso europeu», in *A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, Lisboa, Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.
- HALMAN, L. (2001), *The European Values Study: a Third Wave*, Tilburg, Tilburg University.
- HIRSCHFELD, L. A. (1998), «Natural assumptions: race, essence, and taxonomies of human kinds», in *Social Research*, 65, pp. 331-349.
- LEYENS, J. P., PALADINO, P., RODRIGUEZ-TORRES, R., VAES, J., Demoulin, S., RODRIGUEZ-PEREZ, A., e GAUNT, R. (2000), «The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups», in *Personality and Social Psychology Review*, 2, pp. 186-197.
- LIMA, L., e VALA, J. (2002), «Diferenciação social, racialização e etnicização de minorias: ambivalências e contradições», in L. Lima, P. Castro e M. Garrido, *Identities, Conflitos e Processos Sociais: a Psicologia Social na Prática*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LÓPES, D., e VALA, J. (2004), «Racialização, etnicização e estratégias de relação cultural», in J. Vala (ed.), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.

- MARCUS, L. (2003), *Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-Humanização dos Negros*, tese de doutoramento.
- MEERTENS, R., e PETTIGREW, T. (1999), «Será o racismo subtil mesmo racismo?», in J. Vala (org.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.
- MOSCOVICI, S., e PEREZ, S. (1999), «A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias», in J. Vala (org.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.
- MOURO, C., MONTEIRO, M., e GUINOTE, A. (2002), «Estatuto, identidade étnica e percepção de variabilidade nas crianças», in *Psicologia*, 16, pp. 387-411.
- PETTIGREW, T. (1999), «A sistematização dos preditores dos racismo: uma perspectiva empírica», in J. Vala (org.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.
- PETTIGREW, T. F., e MEERTENS, R. W. (1995), «Subtle and blatant prejudice in Western Europe», in *European Journal of Social Psychology*, 25, pp. 57-75.
- TAJFEL, H., e TURNER, J. (1979), «An integrative theory of social conflict», in W. Austin e S. Worchel (eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*, Monterrey, Brooks-Cole.
- THALHAMMER, E., ZUCHA, V., ENZENHOFER, E., SALFINGER, B., e OGRIS, G. (2001), *Attitudes towards Minority Groups in the European Union*, Viena, European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia.
- VALA, J., BRITO, R., e LOPES, D. (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal: Perspectivas Psicossociológicas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VALA, J., LOPES, D., LIMA, M., e BRITO, R. (2002), «Cultural differences and hetero-ethnicization in Portugal: the perceptions of white and black people», in *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2, pp. 111-128.